

Que desafios para a profissão?

“A profissão tem sido muitíssimo atacada no seu património comum”. São palavras da bastonária da Ordem dos Advogados, Elina Fraga, no evento que assinalou os seis anos da Advocatus e que deram o mote ao debate que se seguiu. Ataques aos direitos, liberdades e garantias, presunção de culpabilidade em vez de presunção de inocência foram algumas das questões suscitadas pelo painel reunido na Universidade Católica Portuguesa, onde houve ainda lugar à reflexão sobre os desafios da multidisciplinaridade e sobre as dificuldades sentidas pelos jovens advogados.



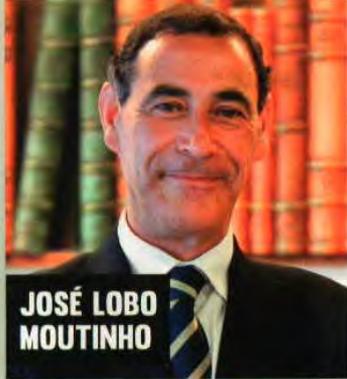
“O estado da Justiça em Portugal – Desafios para a profissão de advogado”. Foi este o repto lançado a um painel de sete advogados para assinalar os seis anos de publicação da Advocatus, a 20 de abril. A Faculdade de Direito da Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa foi a anfitriã do debate, que reuniu os contributos da bastonária da Ordem dos Advogados, Elina Fraga, do também bastonário Rogério Alves, do ex-presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), João Afonso Fialho, do managing partner da PLMJ, Luís Pais Antunes, do sócio presidente da Uría Menéndez-Proença de Carvalho,

Daniel Proença de Carvalho, do professor da Católica e sócio da Sérvulo José Lobo Moutinho e do presidente da Associação Nacional dos Jovens Advogados (ANJAP), José Costa Pinto. Lançar as pistas para a reflexão esteve a cargo do diretor da Advocatus, João Teives, num evento que contou com o patrocínio do Banco Santander. As palavras inaugurais foram proferidas pelo diretor da Faculdade, Jorge Pereira da Silva, que elogiou na Advocatus o mérito de um projeto que “se tem vindo a consolidar e inquestionavelmente veio preencher uma lacuna na área da imprensa jurídica especializada”. Lacuna que “ainda assim perma-

“A Advocatus veio preencher uma lacuna na área da imprensa jurídica especializada”

nece”: “Acredito que a liberdade de expressão e a existência de um espaço público, aberto e plural, desinibido de ideias, são o oxigénio da democracia. Sem esse espaço, a democracia mais cedo ou mais tarde acaba por sufocar e por definhar”. Um espaço que – sustentou – só se cria com a pluralidade tão ampla quanto possível de órgãos de comunicação social que sejam sólidos, economicamente sustentáveis, independentes, tecnicamente competentes e, por isso, possam veicular informação rigorosa e isenta e opinião de qualidade. Sobre o tema escolhido para este primeiro evento com a chancela da Advocatus, considerou que, em-

UM PAINEL EXTRAORDINÁRIO



JOSÉ LOBO MOUTINHO
Docente da Faculdade de Direito da UCP

A Advocatus não está só de parabéns porque fez seis anos, mas porque fez estes seis anos, estes anos de grandes frutos em pouco tempo. O evento refletiu isso mesmo e refletiu também muito do que é a Advocatus porque conseguiu trazer um painel extraordinário onde foram partilhadas várias experiências e, a partir das experiências de cada um, os vários desafios que se levantam na advocacia atualmente e para o futuro.

bora sendo recorrente, representa “um encontro com a verdade”, aliás, “um inevitável encontro com a verdade”: “Se bem interpreto o desafio, o que se pretende é um confronto entre a verdade dos factos e os valores que, sob a forma de regras jurídicas ou de princípios éticos, regem a vida social e política sob alçada da justiça e, por outro lado, o confronto entre a verdade dos factos e as virtudes que representam a capacidade de cada um de nós, e em especial dos advogados, de nos determinarmos na prática profissional com os valores fundamentais que regem a vida em comunidade”.

Entrando no debate propriamente dito, a bastonária da Ordem dos Advogados, Elina Fraga, que dias antes havia anunciado a decisão de se recandidatar, afirmou que ao longo dos anos a advocacia tem sido uma profissão “muitíssimo atacada” naquilo que é o seu património comum. Tradicionalmente, o advogado era chamado para reagir ao litígio, mas entretanto os tribunais ficaram paralisados com três milhões de processos, com uma reorganização judiciária que não foi suficientemente planeada e não foi acompanhada da dotação de recursos humanos que permitissem que os advogados tivessem capacidade de resposta para dirimir esses litígios. E, em consequência – sublinhou –, a advocacia tem de ser mais preventiva, tem de se apresentar aos cidadãos e às empresas como capacidade para prevenir o litígio. “É uma grande alteração de paradigma”, afirmou. Assumindo uma recandidatura em

“Cada vez há um maior recuo naquilo que são os direitos e as prerrogativas que tínhamos como consolidadas no Estado de Direito”

defesa “intransigente das advogadas e dos advogados”, Elina Fraga reiterou que os advogados, tendo dignidade constitucional, são “absolutamente imprescindíveis para a boa administração da justiça”, tendo de ser tratados com a dignidade adequada ao exercício dessa função. “Na verdade, vimos advogados que são escutados, vimos buscas abusivas a escritórios de advogados, vimos que cada vez há um maior recuo naquilo que são os direitos e as prerrogativas que tínhamos como consolidadas no Estado de Direito”, criticou. “Quando falo em defesa intransigente, falo num conjunto de medidas legislativas que visam reforçar as prerrogativas dos advogados tendo em conta o interesse público da profissão, tendo em conta um valor absoluto que é o segredo profissional. Na verdade, quer a legislação nacio-

nal, quer a legislação comunitária têm vindo a atacar esse património, esses valores. E, naturalmente, que a Ordem deve ser porta-voz da defesa dessas prerrogativas, que existem, não para proteger os advogados em si mesmos, não para proteger o advogado individual, mas para proteger o interesse público da profissão e, sobretudo, o cidadão nosso cliente”, enfatizou. Também Daniel Proença de Carvalho, com uma ligação de 50 anos à Justiça, partilhou algumas destas preocupações. O advogado começou por recordar as suas diferentes experiências, recuando ao antigo regime e ao tribunal plenário, “no que a Justiça teve de melhor e de pior”, passando pelo prelúdio do PREC, onde se assistiu “à destruição dos valores do Estado de Direito e passou a figurar a justiça revolucionária, que era uma justiça que funcionava segundo os padrões da revolução e não do Direito, em que os advogados passaram um período muito difícil, em que os tribunais foram secundarizados e poucos foram os juizes que, com grande coragem, estiveram à altura das circunstâncias”. A evolução ocorrida desde então foi “extraordinária”, na sociedade como na economia e, por consequência, na advocacia. “O que aconteceu foi que a profissão de advogado se adequou às novas necessidades daquilo que hoje se chama o mercado. Quando comecei a exercer não se falava em mercado da advocacia, estava fora do léxico da profissão”, comentou, considerando “desejável” a coexistência dos diversos tipos de advocacia, mais técnica e especializada em sociedades de advogados, sem pôr de lado a figura do advogado generalista, cada vez mais indispensável, nomeadamente no que toca ao processo criminal. E isto porquê? Porque o Estado se dotou de “instrumentos poderosíssimos que põem em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”. “Toda a evolução do Direito processual tem sido no sentido de destruir direitos. Ao contrário do que se diz por aí, de que há excesso de garantismo. Toda a evolução desde os tempos do antigo regime foi no sentido de retirar direitos no Processo Penal. O Estado hoje tem esse poder, tem instrumentos com uma enorme capacidade de intrusão nos direitos das pessoas”, criticou, concretizando: “Escutas telefónicas que se banalizaram, buscas, nomeadamente

“Toda a evolução do Direito processual tem sido no sentido de destruir direitos”

PARA CONTINUAR



PEDRO RAPOSO
Sócio fundador da PRA

“Desde o início que acompanhamos a evolução da Advocatus, enquanto entidade que propicia a difusão dos mais variados assuntos e projetos da advocacia, garantindo de forma profissional que todas as notícias de relevo têm o seu destaque, e levando a que as Sociedades de Advogados estejam mais conscientes entre si. O conhecimento, no que concerne às mais diferentes temáticas do Direito, tem sido assim divulgado de forma atual e ampla, alcançando todos os públicos almejados e pessoas de interesse numa base diária constante. Assume, assim, a devida importância que este trabalho possa continuar a ser efetuado, auxiliando todos os profissionais de Direito no desempenho das suas funções. É neste sentido que sei que a PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados, Sociedade de Advogados, R.L. contará por mais anos com a colaboração da Advocatus na partilha da informação. Parabéns!”

01-05-2016

domiciliárias, que deviam ser reservadas para casos muito especiais, buscas aos escritórios de advogados, onde se procura encontrar as provas não de qualquer tipo de crime cometido pelo advogado, mas pelo cliente que procurou no advogado o apoio e o conforto de um defensor". "Tudo isto se banalizou", lamentou, acrescentando que, em muitos casos, os meios de comunicação "facilitam o ataque a esses direitos, criando uma convicção fortíssima de culpabilidade das pessoas que são objeto de processos". Rogério Alves não podia estar mais de acordo: "Se a Constituição fosse feita hoje e, se houvesse um referendo sobre a presunção de inocência, eventualmente não estaria lá... Porque não está em mais lado nenhum, seja nas normas, seja no nosso pensamento. Não aceitamos a presunção de inocência, aceitamos a presunção de culpabilidade". Na sua opinião, "há uma mitologia ligada ao poder do Estado que é obsoleta, daninha e perigosa. O Estado apresenta-se sempre como uma entidade muito frágil, ludibriada por bandidos inteligentes, sofisticados. O Estado é um senhor anafado e gordo que não conse-



que apanhar ninguém... Ora, isso não é verdade. O Estado prende, busca, apreende, cancela contas bancárias, escuta, proíbe de viajar, proíbe de exercer a atividade, sabe tudo sobre todos, mas continua a ser um Estado fraco. Isto é promovido em doses industriais". Tal como Proença de Carvalho, também o ex-bastónario refutou que haja excesso de garantias, até porque – argumentou – a Constituição diz que assegura aos arguidos todas as garantias. "A não ser que a Constituição seja excessiva...". Para Rogério Alves, "o Estado securitário está a ganhar e vai continuar a ganhar se nada for feito": "E cada vez mais haverá buscas a escritórios de advogados e decisões a caucionarem buscas a escritórios de advogados", com o risco da "reminiscência da ideia do advogado protetor de bandidos geradores de danos graves para a sociedade". Deixou ainda a mensagem de que é difícil alterar o funcionamento do sistema sem uma profunda reconversão intelectual sobre os direitos, liberdades e garantias: "Passou-se da mentalidade amiga do Estado de Direito democrático para uma mentalidade hostil, com o esmagamento da presunção de inocência e de todos os institutos que são lógicos neste quadro de formatação do Estado democrático. É muito difícil de combater".

Também em concordância, João Afonso Fialho evocou uma cerimónia de abertura do ano judicial em que era bastónario António Pires de Lima: "Na altura, havia um processo contra um magistrado famosíssimo e falava-se muito no excesso de garantismo para

“O Estado securitário está a ganhar e vai continuar a ganhar se nada for feito”

os arguidos. O bastónario iniciou o discurso perguntando ao presidente do Supremo se, caso fosse arguido, prescindiria de algum dos direitos que a lei lhe conferia. A resposta foi clara – não houve resposta. Só entende verdadeiramente o tema das garantias quem está na posição de arguido". Ainda em matéria de desafios da profissão, mas enquadrando-os nas preocupações da ASAP, considerou que a multidisciplinaridade é um tema incontornável, e vai continuar a ser, independentemente da resposta que a lei lhe dá e que "é duvidosa". Na própria associação, não há unanimidade, mas a opinião dominante é a de que não é desejável porque "vai mexer com o que se considera o núcleo dos princípios que devem

EMPENHO E ELEVÇÃO



FLORBELA JORGE

Country manager da Wolters Kluwer

Muitos parabéns pelo excelente trabalho realizado nestes 6 anos. Gostaria de deixar a sincera homenagem à elevada qualidade da equipa e à excelência dos trabalhos realizados, bem como ao empenhamento que senti face à elevação do exercício da advocacia e às perspectivas de futuro, que partilho inteiramente. Que continue assim!

TRABALHO DE QUALIDADE



JOSÉ COSTA PINTO

Presidente da ANJAP

Parabéns por estes seis anos e que o trabalho que tem vindo a desenvolver mantenha a qualidade porque é importante no nosso dia a dia. Quero também felicitar pela escolha do tema, porque tenho dito sempre que nos faltam oportunidades para debater os nossos desafios enquanto classe, enquanto profissionais que exercem a profissão nas múltiplas e diferentes realidades que a advocacia hoje conhece.

01-05-2016

“O princípio constitucional é o da inversão do ónus da prova, mas hoje em dia somos presumidos e presumíveis culpados”

trapartida, existem umas quantas auditoras preparadíssimas e muitas já o estão a fazer de alguma forma para entrar no mercado dos serviços jurídicos. Neste momento – destacou – introduzir a multidisciplinaridade em Portugal seria “um erro trágico”, iria “cavar um fosso enorme” entre algumas sociedades de advogados e poderia “deturpar o mercado da advocacia”. Antes disso, defendeu, é preciso “mudar completamente a forma como se olha para a profissão, é preciso ter uma visão moderna da profissão”: “Quando isso acontecer estaremos no bom caminho e será um caminho quase inevitável. A questão é de nos prepararmos para não pormos as trancas na porta depois de casa arrombada”. Por sua vez, Luís Pais Antunes começou por retomar a questão da presunção de inocência versus presunção de culpabilidade levantada por Rogério Alves. “O princípio constitucional é o da inversão do ónus da prova, mas hoje em dia somos presumidos e presumíveis culpados”, afirmou, considerando que a presunção de culpabilidade representa um desafio enorme para os advogados e para os cidadãos, sendo que estes só tomam consciência da iniquidade do sistema quando são confrontados com o envolvimento num processo mais ou menos kafkiano. Deu, de seguida, continuidade ao tema da multidisciplinaridade para afirmar que não tem ilusões de que “é uma batalha perdida”: “Vamos

reger a profissão”. “Acho que é uma questão de mercado. A profissão evoluiu nestes últimos 40 anos e julgo que estaremos todos de acordo em que o advogado em si não perdeu valores, não perdeu princípios. Não é por as sociedades de advogados começarem a prestar um tipo de serviço que não o jurídico que os advogados vão violar as regras e os princípios. O que acontece é que, na minha opinião, a advocacia em Portugal não está preparada para dar o salto para a multidisciplinaridade. Muitos de nós ainda têm uma visão um bocado arcaica da profissão, na ótica do advogado que patrocina a entidade A ou o cidadão B, não têm a visão da estrutura que é necessária para prestar esse serviço multidisciplinar. Em segundo lugar, estamos em concorrência desleal, porque essa multidisciplinaridade pode partir de outras sociedades que já prestam outros serviços e podem querer integrar os jurídicos. A questão da desigualdade é enorme. Começa no regime fiscal aplicado às sociedades de advogados, nas questões da contratação dos seus colaboradores...”. Para o presidente da ASAP, existem apenas duas ou três sociedades em Portugal verdadeiramente preparadas para prestar serviços multidisciplinares, mas, em con-

UM CONTRIBUTO ENRIQUECEDOR



Bastonária da Ordem dos Advogados

Como bastonária vejo sempre com agrado iniciativas que visem debater, que visem a partilha de conhecimento e de experiências para que também a própria Ordem possa colher os contributos das várias advocacias que existem e que têm

as suas especificidades. Tenho referido muitas vezes que na Ordem dos Advogados se congregam interesses, muitas vezes, até quase conflitantes entre advogados que exercem em prática individual e que são confrontados com determinadas realidades, advogados que têm um contrato de trabalho em empresas e advogados que se associaram e exercem em sociedades. O papel da Ordem é congregar todos os advogados, conseguir identificar aquilo que são as problemáticas de cada uma dessas advocacias e ser o porta-voz de todos. A Advocatus, com este evento, deu o seu contributo para uma reflexão que enriquece a advocacia portuguesa, que enriquece o mundo judiciário e enriquece a Ordem dos Advogados.

ter, aliás, já temos multidisciplinaridade. Alguns podem persistir em não querer ver, mas já temos auditoras a prestar serviços jurídicos, com escritórios de advogados lá dentro. É uma situação indesejável. Poderá fazer sentido no dia em que as condições forem iguais, mas não é manifestamente o caso e duvido que alguma vez venha a

ser. Já podíamos ter feito alguma coisa em termos de regulação da profissão e da própria lei das sociedades de advogados, porque é um combate para o qual temos de nos preparar. É um desafio muito complexo e de resultado incerto. Pode vir a degradar as condições de exercício da advocacia”. São questões que colocam de-



safios à profissão mas também à academia. Como “advogado tardio” e docente da Católica, José Lobo Moutinho evidenciou o grau de complexidade da advocacia atual, com matérias cada vez mais especializadas e com problemas de uma magnitude cada vez maior. “É um desafio grande para a advocacia e para a universidade. Trabalhe-se em que esquema se trabalhe, como advogado individual, num pequeno escritório ou num de maior dimensão, toca a todos”, afirmou, considerando que uma adequada preparação é fundamental para enfrentar esse desafio. E este – disse – é um passo que a universidade pode dar de mãos dadas com a profissão, continuando o “caminho de superação do apartheid” entre os dois universos. “Formei-me na Católica em 1986 e nessa altura havia uma distinção clara, fora algumas exceções, entre professores e advogados. A universidade era uma coisa e a advocacia era outra. O único ponto de encontro eram os pareceres e, embora mais aleatório e restrito, os tribunais arbitrais. Mas o esquema geral era de incomunicabilidade”, recordou, acrescentando que, após a formação geral, os advogados raramente voltavam à universida-

Neste momento, introduzir a multidisciplinaridade em Portugal seria “um erro trágico”, iria “cavar um fosso enorme” entre algumas sociedades de advogados e poderia “deturpar o mercado da advocacia

LEITURA INDEPENDENTE



Managing partner da Sérvulo

Cada vez há uma necessidade maior de uma leitura independente e profunda sobre os temas da advocacia. Mas, muitas vezes, essa leitura não se compreende em notícias muito curtas, pelo que acho muito bem que a Advocatus tenha lançado a iniciativa de fomentar debates que venham a promover uma discussão profunda, serena e preparada sobre os temas principais ligados ao mundo da justiça.

de. Mas a formação pós-graduada está a alterar este estado das coisas, com os mestrados cada vez mais voltados para a prática profissional e com mais advogados no corpo docente das faculdades. “Tem de ser superada a mentalidade tradicional de que os mestrados têm de ser científicos, devem ser profissionalizantes. E não podemos fechar os olhos aos doutores advogados. É uma nova forma de comunicação, que enriquece ambos os domínios”, sustentou. Para os jovens advogados, os desafios são outros. Prendem-se desde logo com o início da carreira, ou, como afirmou o presidente da ANJAP, com “as dificuldades” nesse processo: “Consigo elencar dificuldades no início, no fim e no meio da profissão. No início as questões do estágio de acesso. Tenho dito que quem não sabe receber bem os seus candidatos se arrisca a não ter futuro. A questão do estágio é uma questão de interesse público, porque a Ordem dos Advogados tem de garantir aos cidadãos que quem acede à profissão é, de facto, capaz do ponto de vista ético e técnico, mas também temos de ter a certeza de que as regras que se impõem aos estagiários são, de facto, aquelas que são estritamente necessárias para garantir esse interesse público. Sob pena de aumentarmos ainda mais a dependência dos candidatos e de pormos em causa a sua adesão aquilo que é o cimento da advocacia portuguesa”, frisou. A realidade é distinta – “temos advogados que são orgulhosamente sós e outros que estão orgulho-

samente entre 80 ou 120 colegas e outros ainda que querem estar em empresas ou em pequenas sociedades” – mas “tem de ter um cimento que a agregue” e esse cimento “tem necessariamente de ser uma forma eticamente superior de estar no exercício dos mandatos e na defesa dos interesses dos clientes, tem de ser o cumprimento do código deontológico”. E, para isso, defendeu José Costa Pinto, é importante ter regras de estágio que sejam reconhecidas pelos candidatos como justas e equitativas, tal como é importante criar um sistema que gere menos dependência dos advogados em início de carreira.

PELA TRANSPARÊNCIA



Managing partner da VdA

Uma maior transparência é condição essencial para a sustentabilidade, credibilização e qualidade do mercado de serviços jurídicos, em benefício das sociedades de advogados, dos seus colaboradores e, sobretudo, dos seus clientes e dos cidadãos em geral. É nesse quadro que sublinho o papel muito relevante da Advocatus, enquanto plataforma séria de divulgação de uma realidade ainda ferida por preconceitos gerados pelo desconhecimento mas que, felizmente, está cada vez mais exposta ao mundo. Sem prejuízo do muito que há a fazer no sentido da transparência, a Advocatus está hoje na linha da frente de um movimento imparável de abertura que é condição de um maior, mas também melhor, escrutínio público de uma atividade crucial ao bom funcionamento do sistema de Justiça.

Acreditei sempre que o caminho da modernização da advocacia passa, necessária e inevitavelmente – como tem passado –, pela mudança gradual do paradigma da opacidade e corporativismo que, em parte, caracterizaram a postura da classe durante décadas.

“É importante ter regras de estágio que sejam reconhecidas pelos candidatos como justas e equitativas”



01-05-2016

08

6 ANOS DE ADVOCATUS
A JUSTIÇA E A ADVOCACIA
EM DEBATE



Os instrumentos do Estado têm servido para atacar as prerrogativas da profissão: esta foi uma das conclusões do debate realizado na Universidade Católica.